



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
**TERMO**

**TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0031.229883/2020-22**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 485/2021/CEL/SUPEL/RO**

**OBJETO:** Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Empresa Especializada para a Elaboração de Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade, elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas e Unidades vinculadas (Núcleo de Arquivo Oficial, Centro de Perícias Médicas, Núcleo de Perícias Médicas/Ji-Paraná e Núcleo de Perícias Médicas/Vilhena), além de órgãos participantes: FEASE, IDARON, FHEMERON, SEDUC, AGEVISA, PM, PGE, CBM e SESAU, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria nº 008/SUPEL-CI, edição do dia 17 de janeiro de 2022, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **ENGEMEDE - SSO**, em face da habilitação da empresa **RSA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI**, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue:

**I – PRELIMINAR DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL**

A empresa **ENGEMEDE – SSO** manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, sendo considerado **TEMPESTIVO**.

**II – DO RELATÓRIO**

Trata-se o presente certame de Pregão Eletrônico para Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Empresa Especializada para a Elaboração de Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade, elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), no âmbito da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas e Unidades vinculadas (Núcleo de Arquivo Oficial, Centro de Perícias Médicas, Núcleo de Perícias Médicas/Ji-Paraná e Núcleo de Perícias Médicas/Vilhena), além de órgãos participantes: FEASE, IDARON, FHEMERON, SEDUC, AGEVISA, PM, PGE, CBM e SESAU, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

Esta Comissão Especial de Licitações – CEL, na data de 15 de dezembro de 2021, realizou sessão de Pregão Eletrônico para Registro de Preços através do Sistema ComprasNet.

Considerando o disposto em Edital, o modelo de contratação adotado foi o de menor preço por lote.

Desta feita, na ocasião da Sessão a licitante **RSA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI** foi habilitada para os 07 lotes do certame.

Por derradeiro, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **ENGEMEDE – SSO** apresentou **Recurso Administrativo** em detrimento à habilitação da empresa **RSA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI** para os lotes de 01 ao 07.

Em sua peça recursal, a recorrente arguiu o não atendimento da recorrida aos requisitos de especificação técnica exigidos em Edital, especialmente no que compete ao quantitativo mínimo de Atestados.

Ato contínuo, contemplados os requisitos de admissibilidade e tempestivamente, a empresa **RSA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI** apresentou contrarrazão, através da qual pugna pelo **indeferimento do recurso interposto e pela manutenção de sua habilitação**.

É o relatório.

### **III - DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO**

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

Dito isso. Informamos que no dia 15/12/2021 ocorreu a abertura do certame, sendo que após a fase de lances e posterior negociação, as empresas que sagraram-se vencedoras:

GRUPO 01: DL ENGENHARIA

GRUPO 02: R. DRESCH SERVICOS DE SEGURANCA DO TRABALHO EIRELI

GRUPO 03: RSA SERVICOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL

GRUPO 04: RSA SERVICOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL

GRUPO 05: RSA SERVICOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL

GRUPO 06: R. DRESCH SERVICOS DE SEGURANCA DO TRABALHO EIRELI

GRUPO 07: R. DRESCH SERVICOS DE SEGURANCA DO TRABALHO EIRELI.

Nesse sentido, encaminhamos a proposta técnica da licitante à secretaria demandante para análise, visto a complexidade da especificação técnica do objeto licitado, oportunidade em que o pregão foi suspenso até avaliação das propostas apresentadas.

Na oportunidade, com o objetivo de dar mais celeridade ao processo, foi solicitado para que a unidade realizasse a análise nos documentos das três primeiras colocadas de cada lote.

No dia 04/01/2022, considerando a análise da unidade gestora (0023046164), houve a retomada do certame, tendo sido recusada as propostas das empresas: **DL ENGENHARIA** e **R. DRESCH SERVICOS DE SEGURANCA DO TRABALHO EIRELI**, as quais haviam sido vencedoras dos lotes: **01; 02; 06 e 07**, bem como das empresas **ANDRE LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO EIRELI; QUALILOG SERVICOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS LTDA - EPP e NOROESTE TREINAMENTOS LTDA - ME**, as quais eram remanescentes nos referidos lotes.

Desta forma, ainda em conformidade com a análise emitida pela unidade técnica, somente a empresa **RSA SERVICOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL** atendeu aos requisitos exigidos para a comprovação da qualificação técnica, nos termos do Edital.

Ato contínuo, passamos à análise dos demais documentos de habilitação da empresa **RSA SERVICOS ADMINISTRATIVOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL** e julgamos pela aptidão da licitante para todos os Lotes.

### III.A) DAS RAZÕES DA RECORRENTE:

Ato contínuo, oportunizou-se prazo recursal às licitantes, tendo a empresa **ENGEMEDE – SSO** apresentado suas razões recursais, pugnando pela inabilitação e desclassificação da recorrida, com fundamentos exclusivamente de ordem técnica, fundados na comprovação de qualificação técnica da licitante.

A recorrente alega que a proposta da recorrida não preenche os requisitos editalícios, sustenta que os **atestados de capacidade técnica apresentados não atenderam as exigências mínimas de comprovação em prazo e quantidade** delimitados no item 13.8.1.3, alíneas “c)” e “d)” do Edital, a saber:

“c) Entende-se por pertinente e compatível em prazo os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com semelhantes as especificações demandadas no objeto deste termo, pelo período mínimo de 30% (trinta por cento) de 12 (doze) meses.

d) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade as parcelas de maior relevância para todos os Lotes são 15% Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade.”

### III.B) DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA:

A recorrida, por sua vez, apresentou, tempestivamente, suas contrarrazões, manifestando-se, em síntese, nos seguintes termos:

Em relação à comprovação em “**prazo**”, a recorrida sustenta que o item 13.8.1.3, alínea “c”, do Edital, não definiu a parcela de maior relevância, sendo suficiente tão somente a apresentação de atestados compatíveis com as especificações demandadas pelo objeto, ou seja, não restringindo a comprovação em prazo apenas à “**Laudos de Insalubridade e Periculosidade**”, razão pela qual os laudos apresentados são suficientes para atender

No que se refere à comprovação em “**quantidade**”, a recorrida sustenta que os atestados apresentados, especificamente os referentes à prefeitura de Cabixi e à Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo – FEASE, atenderam ao quantitativo mínimo exigido para os Laudos de Insalubridade e Periculosidade, sendo esses expedidos por servidores, perfazendo um total de 345 e 322 laudos respectivamente.

### III. C) DAS DILIGÊNCIAS:

Ante os argumentos das licitantes, a equipe de licitação reanalisou os documentos apresentados, bem como empreendeu diligência junto à recorrida, à prefeitura de Cabixi e à FEASE, para fins de elucidação inequívoca do conteúdo declarado nos referidos atestados, em consonância com o disposto no art. 43, §3º, da Lei n. 8666/93.

A recorrida, em sede de diligência, apresentou ofícios complementares aos atestados, contudo, as informações permaneceram dúbias, não elucidando de forma inequívoca o quantitativo de atestados efetivamente emitidos.

Ato contínuo, esta Comissão, imbuída em seu dever de buscar a manutenção da proposta mais vantajosa à Administração, bem como de manter o julgamento objetivo e isonômico, realizou diligência junto à prefeitura de Cabixi e à FEASE.

Indagamos objetivamente essas entidades no sentido de obtermos o quantitativo exato de Laudos de Insalubridade e Periculosidade emitidos pela recorrida.

A FEASE manifestou-se através do Ofício n. 288/2022/FEASE-CAF (0024158192), no seguinte sentido:

"Informo que foram emitidos **1 (um) laudo por Unidade Socioeducativa, totalizando 7 (sete) laudos**"(grifo nosso)

A prefeitura de Cabixi manifestou-se através do Ofício n. 005/2022/SEMOSP (0024158560), no seguinte sentido:

"vimos informar a Vossa Senhoria que a empresa RSA Serviços Administrativos e Consultoria Empresarial EIRELI, prestou os serviços na elaboração de laudos de insalubridade e periculosidade, os foram emitidos por unidade, **um laudo consolidado para atender todos os setores (todas as secretarias)**" (grifo nosso)

### III. D) DA REANÁLISE E JULGAMENTO DA COMISSÃO:

#### A) DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM "PRAZO":

No que se refere à comprovação da qualificação técnica em "prazo", vejamos o que solicita o Edital do presente certame:

"c) Entende-se por pertinente e compatível em prazo os atestados que em sua individualidade ou soma de atestados concomitantes no período de execução (tendo sido os serviços dos atestados prestados no mesmo período), **comprove que a empresa prestou ou presta satisfatoriamente serviços com semelhantes as especificações demandadas no objeto deste termo**, pelo período mínimo de 30% (trinta por cento) de 12 (doze) meses."

Como se pode observar do teor da exigência acima citada, a comprovação em prazo não delimitou parcela de maior relevância, sendo suficiente a comprovação de 30% (trinta por cento) do período de 12 (doze) meses para serviços semelhantes, ou seja, elaboração de Laudo Pericial de Insalubridade e Periculosidade, elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), não se restringindo aos laudos de insalubridade e periculosidade.

Ademais, a referida exigência restringe-se ao Lote 01, visto que apenas esse apresenta valor superior a R\$ 650.000,00, em conformidade com a disposição do art. 4º, inciso III da Orientação Técnica n. 001/2017/GAB/SUPEL, alterada pela Orientação Técnica n. 002/2017.

Nesse sentido, considerando os atestados apresentados pela recorrida, verifica-se que esses atenderam à exigência de comprovação mínima de 30% (trinta por cento) em prazo, não assistindo razão à recorrente quanto a esse ponto.

#### B) DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM "QUANTIDADE":

Preliminarmente, cumpre ressaltarmos o poder-dever de diligência da Comissão para fins de esclarecimento e/ou complementação da instrução processual, exclusivamente para dirimir eventuais dúvidas sobre a documentação enviada tempestivamente, tal como ocorre no presente caso.

Nesse sentido é o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União:

"Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93)." **(Acórdão n. 3418/2024 - Plenário)**

Pois bem. Como se verifica do teor dos Ofícios encaminhados a esta Comissão, em sede de diligência, a recorrida prestou tão somente 07 (sete) Laudos de Insalubridade e Periculosidade à FEASE e 01 (um) Laudo à prefeitura de Cabixi, totalizando 08 (oito) Laudos apenas.

Desta forma, considerando que o Edital prevê a **necessidade de comprovação em quantidade de 15% para cada lote**, a recorrida atendeu o mínimo exigido apenas para o **Lote 03 e 07** (especificamente para o lote 07 não há a necessidade de comprovação em **quantidade** em razão do seu valor estimado), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Segue tabela com o quantitativo mínimo de Laudos de Insalubridade e Periculosidade exigidos para cada lote do certame:

LOTE	TOTAL DE LAUDOS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE	QUANTITATIVO MÍNIMO EXIGIDO PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (15%)
01	222	33,3
02	73	10,95
<b>03</b>	<b>42</b>	<b>6,3</b>
04	61	9,15
05	116	17,4
06	62	9,3
<b>07</b>	<b>21</b>	<b>NÃO EXIGÍVEL</b>

Nesse sentido, esta Comissão reforma sua decisão, **inabilitando a recorrida para os lotes 01, 02, 04, 05 e 06**, visto que a comprovação de qualificação técnica não foi plenamente atendida para esses lotes, mantendo-a **habilitada APENAS para os lotes 03 e 07**.

#### IV - DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **PROCEDENTE PARA OS LOTES 01, 02, 04, 05 e 06 e IMPROCEDENTE para os lotes 03 e 07**.

Porto Velho (RO), 17 de fevereiro de 2022.

**SAMARA ROCHA DO NASCIMENTO**

Pregoeira – CEL/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Samara Rocha do Nascimento, Pregoeiro(a)**, em 22/02/2022, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0024160409** e o código CRC **984ED681**.